

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.671.815 - RS (2017/0111464-5)**

**RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA**  
**RECORRENTE : PAULO ROSA**  
**ADVOGADOS : VILMAR LOURENÇO E OUTRO(S) - RS033559**  
**IMILIA DE SOUZA - RS036024**  
**RECORRIDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto por PAULO ROSA, com fulcro nas alíneas “a” e “c” do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região assim ementado (e-STJ fl. 569):

PREVIDENCIÁRIO. ATIVIDADE ESPECIAL. TEMPO ESPECIAL E COMUM. POSSIBILIDADE DE CONVERSÃO. LEI APLICÁVEL. CRITÉRIO. LEGISLAÇÃO VIGENTE QUANDO PREENCHIDOS OS REQUISITOS DA APOSENTADORIA. OPÇÃO PELA RMI MAIS VANTAJOSA. CONCESSÃO DE APOSENTADORIA. FATOR PREVIDENCIÁRIO. TUTELA ESPECÍFICA.

1. Apresentada a prova necessária a demonstrar o exercício de atividade sujeita a condições especiais, conforme a legislação vigente na data da prestação do trabalho, deve ser reconhecido o respectivo tempo de serviço. 2. O sistema previdenciário vigente após a Lei 9.032/1995, portanto, somente admite aposentadoria especial para quem exerceu todo o tempo de serviço previsto no art. 57 da Lei 8.213/1991 (15, 20 ou 25 anos, conforme o caso) em condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física. 3. Somente terão direito à conversão do tempo comum em especial os segurados que até 28-04-1995 (data em que limitada a conversão de tempo especial para comum pela Lei n.º 9.032/1995) tenham implementado todos os requisitos necessários à concessão do benefício de aposentadoria especial, devendo, nesta hipótese, para fins de aferição do implemento do requisito tempo de serviço especial, ser levada em conta a efetiva conversão do tempo comum em especial. 4. Se o segurado implementar os requisitos para a obtenção de aposentadoria pelas regras anteriores à Emenda Constitucional n.º 20/98, pelas Regras de Transição e/ou pelas Regras Permanentes, poderá inativar-se pela opção que lhe for mais vantajosa. 5. O Plenário do Supremo Tribunal Federal já sinalizou no sentido da constitucionalidade do fator previdenciário ao indeferir o pedido de medida cautelar visando à suspensão do art. 2.º da Lei 9.876/99, na parte em que deu nova redação ao art. 29, caput, seus incisos e parágrafos da Lei 8.213/91, que tratam da questão (ADI-MC 2.111/DF, Rel. Min. Sydney Sanches, DJU-I de 05-12-2003, p. 17), em abordagem onde foram considerados tanto os aspectos formais como materiais da alegação de inconstitucionalidade, com extenso debate sobre os motivos que levaram à criação do fator. Incidência do fator previdenciário nas hipóteses de concessão da aposentadoria pelas regras de transição ou pelas regras permanentes. 6. Determina-se o cumprimento imediato do acórdão naquilo que se refere à obrigação de implementar o benefício, por se tratar de decisão de eficácia mandamental que deverá ser efetivada mediante as atividades de cumprimento da sentença stricto sensu previstas no art. 497 do CPC/15, sem a necessidade de um processo executivo autônomo (sine intervallo).

Foram acolhidos em parte os aclaratórios, apenas para efeito de prequestionamento (e-STJ fls. 617/621).

Nas suas razões, o recorrente alega que o art. 58 da Lei n. 8.213/91, com a redação dada pela Lei n. 9.732/98, dispõe que deve ser observada a legislação trabalhista acerca da insalubridade e, por sua vez, a NR-15 do Ministério do Trabalho e Emprego dispõe que a especialidade decorrente da exposição a hidrocarbonetos se dá com a simples presença do agente nocivo, ainda que não diuturna, por meio de análise qualitativa. Ademais, de igual modo e fundamento, alega que o nível de ruído para a caracterização da insalubridade deve ser de 85 decibéis entre 06/03/1997 e 18/11/2003.

Sem contrarrazões.

Juízo positivo de admissibilidade à e-STJ fl. 709.

Passo a decidir.

Conforme estabelecido pelo Plenário do STJ, "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC" (Enunciado Administrativo n. 3).

Feito esse esclarecimento, verifico que o recurso especial não merece prosperar.

Inicialmente, quanto à exposição ao agente hidrocarboneto, é certo que, após a entrada em vigor da Lei n. 9.032/95, passou a ser necessária a demonstração de habitualidade e permanência na exposição ao agente agressivo, não sendo possível o mero enquadramento profissional ou uma presunção da especialidade.

Nesse sentido:

PREVIDENCIÁRIO. TEMPO DE SERVIÇO ESPECIAL. AGENTE QUÍMICO. EXPOSIÇÃO OCASIONAL. CÔMPUTO DIFERENCIADO. DESCABIMENTO.

1. A Lei de Benefícios da Previdência Social dispõe que a aposentadoria especial será devida, após o cumprimento da carência, ao segurado que comprovar o exercício de atividades sujeitas a condições especiais que lhe prejudiquem a saúde ou a integridade física de modo permanente, não ocasional nem intermitente, pelo período equivalente ao exigido para a concessão do benefício.

Inteligência dos §§ 3º e 4º do art. 57 da Lei n. 8.213/1991.

2. Para efeito de contagem de tempo especial, ainda que não se exija a exposição ininterrupta do trabalhador ao fator de risco, necessária se faz a comprovação do requisito legal da habitualidade.

3. Caso em que o Tribunal de origem asseverou que o laudo pericial registrou que a exposição do autor aos gases hidrocarbonetos no período postulado se deu de forma ocasional, tendo em vista sua atividade de coordenação.

4. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AgRg no AREsp 606.389/RS, de minha relatoria, PRIMEIRA TURMA, julgado em 15/12/2016, DJe 20/02/2017).

PREVIDENCIÁRIO. ESPECIALIDADE DO LABOR. TEMPO DE

SERVIÇO EXERCIDO EM CONDIÇÕES ESPECIAIS. LEI Nº 9.032/95. COMPROVAÇÃO DO EXERCÍCIO DE FORMA HABITUAL E PERMANENTE. AGRAVO **REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO**.

1. Consoante entendimento jurisprudencial desta Corte, a partir da edição da Lei nº 9.032/95, passou-se a exigir a exposição aos agentes nocivos de forma habitual e permanente para caracterização do trabalho como especial.

2. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no REsp 1270977/PR, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 26/06/2012, DJe 01/08/2012).

Verifica-se que, no caso concreto, o Tribunal de origem consignou que: "não prospera o apelo, entretanto, quanto aos períodos de 06-03-97 a 12-02-01 e 15-03-01 a 18-11-03, no que tange aos hidrocarbonetos conforme atestou o perito do juízo para o caso específico do autor, referindo que **a exposição a tais agentes era meramente ocasional e intermitente**" (e-STJ fls. 557). Assim, não assiste razão ao recorrente quanto ao ponto.

No que se refere ao nível de tolerância do agente nocivo ruído, a jurisprudência desta Corte, exarada em sede de julgamento de recurso repetitivo (REsp 1.398.260/PR, Rel. Ministro Herman Benjamin, Primeira Seção, DJe 05/12/2014), é de que o nível de ruído a ser aferido como parâmetro para o período entre 06/03/97 e 18/11/03 é o acima de 90dB (em virtude da irretroatividade do Decreto 4.882/2003).

Verifica-se, *in casu*, que, no período entre 06/03/1997 a 18/11/2003, o segurado esteve exposto a ruído entre 85,7 e 88,6 decibéis (e-STJ fls. 555/556). Assim, não há que falar em reconhecimento da especialidade do labor, visto que restou comprovado que o segurado não esteve exposto a nível de ruído acima do legalmente exigido para a configuração da especialidade.

Ante o exposto, com base no art. 255, § 4º, II, do RISTJ, **NEGO PROVIMENTO** ao recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de fevereiro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator